

## **COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer nº 101/2025**, do Projeto de Lei nº 101/2025 do Poder Executivo.

**I – Relatório:** Conforme se vislumbra pelo conteúdo do projeto apresentado, o Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para efetuar a convocação de professor em regime suplementar. A necessidade de suplementação, de acordo com o artigo 26, da Lei Municipal nº 377/2002, de 01 (um) professor de ensino fundamental séries finais, com habilitação em Matemática (até 22h/semanais), surge em decorrência da dificuldade de contratação de novos professores desta disciplina, sendo que já foram realizados neste ano dois processos seletivos para o cargo, e o mesmo restou frustrado na contratação de novos profissionais. Dessa forma, a medida a ser adotada é suplementar a carga horária de profissional efetivo habilitado para ministrar a matéria. Salienta-se que a suplementação será realizada para o ano letivo de 2025, e caso seja constatada a necessidade pela Secretaria Municipal da Educação, Desporto, Cultura e Turismo.

**II - Fundamentação:** O projeto está em conformidade com os ditames legais, sendo devidamente amparado pela Constituição Federal e seus princípios basilares de legalidade, eficiência, impessoalidade, moralidade e continuidade do serviço público essencial. A convocação suplementar se justifica, ainda, sob o ponto de vista pedagógico e administrativo, por garantir a regularidade do calendário escolar e a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, sem prejuízo aos alunos, por reconhecer sua relevância, legalidade e conveniência administrativa para o bom andamento das atividades escolares do Município.

**Parecer Final: Somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.**

Sala de Comissões, em 08 de outubro de 2025.

**Rogério Luiz Martinello**  
**Relator**

**Josiane Ferron Rebelatto**

**Cassiano Rosa Reisner**

## **COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer nº 102/2025**, do Projeto de Lei nº 102/2025 do Poder Executivo.

**I – Relatório:** Conforme se vislumbra pelo conteúdo do projeto apresentado, o Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para efetuar a abertura de Crédito Suplementar para a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente. O valor do crédito suplementar é de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), dentro do Programa de Apoio à Gestão Ambiental, sendo que o recurso será utilizado para manutenção do Departamento do Meio Ambiente e contratação de serviços de terceiros – pessoa jurídica, para realização de estudos topográficos, hidrológicos e geológicos no Município

**II - Fundamentação:** O projeto se encontra dentro dos ditames legais e devidamente amparado pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal, e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), uma vez que é dever do Município executar políticas públicas, necessário e conveniente, instrumentos técnicos essenciais para o planejamento urbano e ambiental, identificação de áreas de risco, gestão de recursos naturais e cumprimento das diretrizes de sustentabilidade, uma vez que a gestão ambiental municipal exige apoio técnico especializado para subsidiar decisões em obras públicas, licenciamento ambiental e políticas de uso do solo.

**Parecer Final:** Somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala de Comissões, em 08 de outubro de 2025.

**Rogério Luiz Martinello**  
Relator

**Josiane Ferron Rebelatto**

**Cassiano Rosa Reisner**

## **COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer nº 103/2025**, do Projeto de Lei nº 103/2025 do Poder Executivo.

**I – Relatório:** Conforme se vislumbra pelo conteúdo do projeto apresentado, o Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para efetuar a abertura de Crédito Especial para a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente. O valor do crédito especial é de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), conforme ação orçamentária de investimento proveniente da Emenda Parlamentar nº 202524070002 do Deputado Federal Luiz Carlos Busato (União Brasil), em parceria com o Deputado Estadual Dirceu Franciscon (União Brasil), cadastrada na Plataforma TransfereGov, através do Plano de Ação nº 09032025-076925/2025, destinada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária na modalidade de Transferência Especial. Na oportunidade, pretende-se abertura de crédito especial, do referido valor, para aquisição de 02 (duas) ensiladeiras agrícolas, a ser licitadas, com a finalidade de fortalecer a produção agropecuária e apoio aos produtores rurais do município.

**II - Fundamentação:** O projeto se encontra dentro dos ditames legais e devidamente amparado pela Constituição Federal, pela Lei de Respeitabilidade Fiscal e pela Lei Orgânica Municipal, está amparado pelos princípios da legalidade, eficiência e transparência administrativa, medida de interesse público, destinada ao fomento da atividade agropecuária e à melhoria das condições de trabalho e produtividade dos agricultores do Município de Charrua.

**Parecer Final:** Somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala de Comissões, em 08 de outubro de 2025.

**Rogério Luiz Martinello**  
Relator

**Josiane Ferron Rebelatto**

**Cassiano Rosa Reisner**

## **COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer nº 104/2025**, do Projeto de Lei nº 104/2025 do Poder Executivo.

**I – Relatório:** Conforme se vislumbra pelo conteúdo do projeto apresentado, o Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para contratação emergencial, pelo período de até 01 (um) ano, de 01 (um) Psicólogo (até 20 horas semanais), para prestar serviços à municipalidade. A necessidade de contratação do profissional da área da saúde surge em virtude de atestado e sinalização de licença maternidade da profissional atuante no cargo. Faz-se necessária a contratação emergencial, a fim de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos nas secretarias municipais, essenciais à prestação dos serviços públicos. Referida contratação já segue autorizada caso as demandas pontuais também sofram alterações, nos casos de licenças, atestados e demais afastamentos. Para a contratação será utilizada banca de processo seletivo vigente.

**I - Fundamentação:** O projeto se encontra dentro dos ditames legais e devidamente amparado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, atende ao interesse público, à legalidade e à moralidade administrativa, uma vez que é dever do Município executar mecanismos necessários à concretização dos Direitos Sociais, assegurados no artigo 6º da Constituição Federal, através de políticas públicas que possibilitem a prestação continuada de serviços públicos, com o fito de manter os serviços considerados essenciais para atender necessidade excepcional e temporária da Administração Pública, serviços essenciais que não admitem interrupção, dada a importância da atuação do profissional.

**Parecer Final: Somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.**

Sala de Comissões, em 08 de outubro de 2025.

**Rogério Luiz Martinello**  
**Relator**

**Josiane Ferron Rebelatto**

**Cassiano Rosa Reisner**